

GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PLANOS MUNICIPAIS

Valdir Eneias de Melo ¹
Rafael Lenilson dos Santos ²
Sintiane Maria Santos da Silva ³

RESUMO

A pesquisa investigou a articulação entre os direitos das crianças garantidos pela legislação brasileira e a atuação das instituições que compõem a rede protetiva, com foco na Primeira Infância. Sabe-se que é fundamental trazer reflexões acerca do direito Infância. Sendo assim, foram analisados municípios da Mesorregião do Agreste de Pernambucano, destacando a relevância de documentos como os Planos Municipais pela Primeira Infância, Saúde e Educação. A ausência desses documentos em formato público nos municípios treinados dificultou a análise direta, sendo obtida pela utilização de dados disponíveis no site "Primeira Infância Primeiro". Os resultados evidenciam o fomento de políticas públicas efetivas e de uma rede protetiva integrada, especialmente para atender crianças em situação de vulnerabilidade. O estudo destaca a necessidade de maior transparência e acessibilidade aos dados públicos para fortalecer ações conjuntas entre saúde, educação e assistência social. Essa pesquisa reforça a necessidade de uma rede articulada aos direitos de maneira estruturada é essencial para promover os direitos da criança em todos seus aspectos. Entretanto, mesmo diante da Rede Protetiva por si só, não são suficientes para garantir o pleno exercício dos direitos das crianças. É preciso que haja articulação entre a sociedade para que possam serem colocadas em prática. Contudo, vale destacar que é preciso criar estratégias para que esses direitos possam ser assegurados.

Palavras-chave: Primeira Infância, Rede Protetiva, Políticas Públicas.

Introdução

A violência, ao longo da história, atravessa períodos de modo distinto, dependendo dos costumes e das leis vigentes. Assim, ela se relaciona com a sociedade e reflete suas realidades, sejam estruturais ou conjunturais. A violência atua como um agente influenciador e transformador do contexto social, manifestando-se frequentemente acompanhada pelo menosprezo àqueles que vitimiza (MINAYO, 2006). Muitas crianças e adolescentes brasileiros vivenciam fases cruciais do desenvolvimento humano marcadas por um histórico de violência. Como a articulação entre a rede protetiva e os direitos garantidos pela legislação pode impactar

¹Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, valdir.melo@unifacol.edu.br

²Mestrando em Psicologia da Saúde pela Faculdade Pernambucana de Saúde – FPS, sr.santosrafa@gmail.com

³Especialista em Infância e Educação Infantil pela Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ - PE; sintianemasantos@gmail.com



a proteção das crianças em situação de vulnerabilidade? Essa pergunta é justificada pela necessidade de compreender e analisar a eficácia da rede protetiva na garantia dos direitos das crianças. Esse fenômeno é complexo e, segundo Lino (2023), frequentemente difícil de identificar, envolvendo fatores subjetivos e diversas interpretações. A infância é uma fase crítica na formação do ser humano, e a proteção dos direitos das crianças é um imperativo social e jurídico (PIANA, 2024).

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garantem uma série de direitos fundamentais, como o direito à vida, à educação, à saúde e à convivência familiar. Contudo, a efetivação desses direitos ainda enfrenta desafios significativos, manifestando-se em diversas áreas da vida infantil, desde a proteção contra a violência até o acesso à educação de qualidade. As redes de proteção devem ser estruturadas considerando diversos níveis de operacionalização. Elas precisam contar com equipes multiprofissionais que atuem em áreas como notificação, diagnóstico, intervenção, formação, pesquisa e prevenção (MOTTI; SANTOS, 2008). 8

Dessa forma, podemos entender a rede de proteção como um sistema integral, onde profissionais de diferentes setores — saúde, educação, assistência social e segurança pública — atuam em conjunto. Essa mobilização de ações é fundamental para garantir que os direitos de crianças e adolescentes sejam respeitados e efetivamente protegidos. A rede protetiva, composta por órgãos como conselhos tutelares, serviços sociais, escolas e organizações não governamentais, desempenha um papel essencial na garantia desses direitos (VASCONCELOS, 2024).

Entanto, a falta de articulação e integração entre essas instituições pode comprometer a eficácia das ações protetivas, gerando lacunas no atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O estudo busca evidenciar a importância da colaboração entre diferentes instituições, como escolas, conselhos tutelares e serviços sociais, propondo estratégias que possam fortalecer essa articulação e, assim, promover um ambiente mais seguro e saudável para as crianças. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de pesquisa documental para investigar os elementos da rede protetiva voltados à primeira infância em cinco municípios da Mesorregião do Agreste Pernambucano. Serão analisados os Planos Municipais pela Primeira Infância, de Saúde e de Educação. A técnica de análise de conteúdo será utilizada para interpretar os dados, e a triangulação garantirá a validade e confiabilidade dos resultados.



Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de pesquisa documental como método principal para a coleta e análise de dados. O estudo busca investigar os elementos relacionados à rede protetiva voltados à primeira infância, presentes em documentos oficiais de cinco municípios localizados na Mesorregião do Agreste Pernambucano. Os documentos analisados serão o Plano Municipal pela Primeira Infância, o Plano Municipal de Saúde e o Plano Municipal de Educação de cada um dos municípios selecionados. A utilização da pesquisa documental se justifica pela relevância dos documentos oficiais como fontes primárias e legítimas de informação acerca das políticas públicas. Esses documentos representam as diretrizes formais das ações voltadas à primeira infância e refletem a maneira como os municípios pretendem articular suas redes de proteção. Além disso, a análise documental comparativa entre os municípios investigados permitirá uma compreensão mais ampla das especificidades locais e das estratégias adotadas para a proteção dos direitos das crianças.

1. Natureza da pesquisa

A pesquisa qualitativa é a mais adequada para este estudo, pois permite uma análise profunda e detalhada dos conteúdos documentais, a fim de compreender a forma como se articulam as redes de proteção à primeira infância (Martins, 2004). Esta abordagem possibilita também a identificação de nuances e interpretações que permeiam as políticas públicas, oferecendo uma visão mais abrangente da rede protetiva a partir de diferentes contextos locais.

2. Técnica de Pesquisa Documental

A pesquisa documental se caracteriza pela utilização de fontes primárias, como os documentos oficiais, para a coleta de dados (Junior, et al, 2021). Essa técnica permite examinar as políticas públicas voltadas à primeira infância conforme estão formalizadas nos planos municipais, possibilitando uma análise de como as ações de proteção e promoção dos direitos das crianças estão planejadas e articuladas nos diferentes municípios.

3. Seleção dos Documentos

Os documentos selecionados para análise possuem relevância direta no que diz respeito à proteção e promoção dos direitos das crianças na Primeira Infância. Serão analisados:

- Plano Municipal pela Primeira Infância;
- Plano Municipal de Saúde;



- Plano Municipal de Educação.

- **Plano Municipal de Assistência Social**

A análise desses documentos possibilitará identificar como cada município da Mesorregião do Agreste Pernambucano aborda as políticas de proteção à Primeira Infância e como as diversas instituições que compõem a rede protetiva são integradas no planejamento e execução dessas políticas.

4. Critérios de Seleção dos Municípios

A escolha dos municípios se baseará nos seguintes critérios:

- Diversidade populacional, garantindo que diferentes realidades socioeconômicas sejam representadas;
- Localização geográfica dentro da mesorregião, abrangendo uma amostra que contemple municípios de diferentes características; Caso os municípios selecionados não tenham a disponibilidade pública dos documentos oficiais, permitindo a coleta e análise de dados de maneira transparente, far-se-á uso do relatório disponível no site do primeira infância primeiro. Esses critérios visam assegurar que a pesquisa contemple uma diversidade de contextos, possibilitando uma análise comparativa entre diferentes municípios da mesorregião.

Referencial Teórico

Os municípios selecionados para o presente estudo, com base nos critérios de diversidade populacional e localização geográfica dentro da Mesorregião do Agreste Pernambucano, foram Água Preta, Barreiros, Caruaru, Chã Grande e Cortês. Contudo, a busca pelos documentos oficiais previstos para análise – Planos Municipais pela Primeira Infância, de Saúde, Educação e Assistência Social – revelou-se infrutífera. Nenhum dos municípios disponibilizava tais documentos de forma pública em seus sites oficiais, limitando o acesso a informações essenciais para o entendimento das políticas voltadas à primeira infância. A única fonte acessível encontrada foram os relatórios do programa Primeira Infância Primeiro, os quais, embora apresentem dados relevantes, não substituem a abrangência, a especificidade e o caráter estruturante dos planos municipais. A ausência desses documentos públicos aponta para um problema crítico: a falta de transparência e acessibilidade que deveria permear a gestão das políticas públicas, especialmente em áreas tão sensíveis quanto a proteção infantil.

Esse cenário revela um paradoxo preocupante. Em uma sociedade onde os direitos das



crianças são protegidos pela Constituição e regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a inexistência ou inacessibilidade de instrumentos formais de planejamento e monitoramento impede não apenas a avaliação das ações governamentais, mas também a construção de políticas públicas efetivas e integradas. A transparência e a publicidade de documentos oficiais são mais do que um imperativo legal; são também um compromisso ético que dá voz às necessidades da população e promove a responsabilidade do gestor público. Sem esses documentos, enfrentam-se desafios significativos. A falta de dados e diretrizes claras dificulta o alinhamento das ações entre as diferentes instituições que compõem a rede protetiva – como saúde, educação, assistência social e conselhos tutelares – comprometendo a cooperação intersetorial, que é essencial para a proteção de crianças em situação de vulnerabilidade.

Além disso, essa lacuna documental enfraquece o processo de accountability, dificultando o monitoramento e a fiscalização das ações pelos órgãos de controle e pela sociedade civil. A ausência desses planos também afeta a continuidade das políticas públicas. Em um contexto político onde mudanças de gestão são frequentes, a indisponibilidade de documentos formais que consolidem os compromissos e estratégias de cada município deixa as ações vulneráveis à descontinuidade e à perda de foco. Assim, os avanços alcançados podem ser interrompidos, prejudicando ainda mais as crianças que dependem diretamente de um sistema protetivo sólido. Essa situação, além de evidenciar falhas administrativas, expõe um descaso com a construção coletiva de soluções para problemas estruturais. A criança, enquanto sujeito de direitos, não pode ser negligenciada em função de lacunas burocráticas. Ao contrário, a proteção da infância requer um esforço ativo por parte do poder público, que precisa assegurar não apenas a formulação de políticas, mas também a transparência e a acessibilidade dessas diretrizes para toda a sociedade.

Portanto, a ausência dos documentos públicos analisados neste estudo transcende a mera questão administrativa. Ela reflete um obstáculo estrutural que limita a consolidação de políticas públicas eficientes e humanizadas, capazes de promover o bem-estar integral das crianças. Para transformar essa realidade, é essencial que os municípios não apenas elaborem seus planos de forma integrada e estratégica, mas também os disponibilizem amplamente, permitindo que a sociedade acompanhe, critique e contribua para a construção de um futuro mais justo para as gerações mais jovens. Apesar da indisponibilidade dos Planos Municipais pela Primeira Infância, de Saúde, Educação e Assistência Social nos municípios analisados, o



acesso aos relatórios disponíveis no site Primeira Infância Primeiro, uma iniciativa da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, trouxe contribuições valiosas para a análise.

Esse recurso, voltado para apoiar candidatos e gestores públicos, oferece um acervo de informações detalhadas e cursos destinados a incentivar a priorização de crianças de 0 a 6 anos nas políticas públicas. Os dados acessíveis por meio da plataforma abrangem áreas essenciais como demografia, saúde, segurança, proteção, educação infantil, nutrição e parentalidade. Essa diversidade de informações possibilita uma visão ampla e multifacetada das condições de vida das crianças na primeira infância, auxiliando na identificação de lacunas e oportunidades nas redes protetivas locais. A análise dos dados de demografia (gráfico 1), por exemplo, permite compreender o perfil populacional infantil dos municípios, contribuindo para o dimensionamento e planejamento das políticas públicas necessárias.

GRAFICO 1 - Percentual da população entre 0 e 6 anos



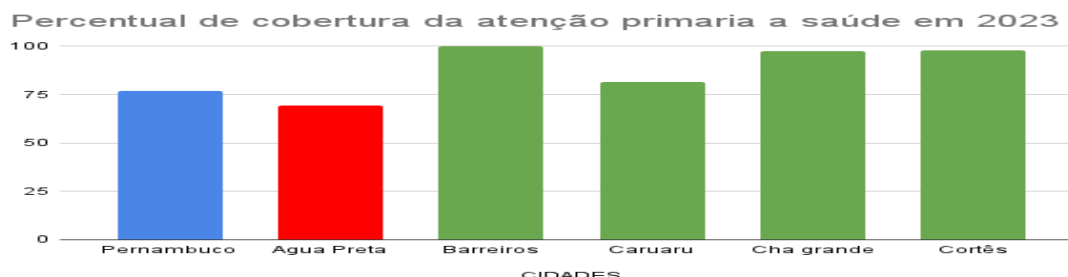
O gráfico que apresenta o percentual da população entre 0 e 6 anos nos municípios de Água Preta, Barreiros, Caruaru, Chã Grande e Cortês revela que, em todos eles, essa faixa etária representa aproximadamente 9% a 10% da população. Essa proporção significativa destaca a necessidade de políticas públicas robustas para garantir os direitos fundamentais das crianças previstos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como acesso à saúde, educação, convivência familiar e proteção contra a violência. Entre os principais desafios, destaca-se a dificuldade de articulação entre os conselhos tutelares, os serviços sociais e as escolas. Na área da saúde, por exemplo, é essencial integrar esforços para oferecer vacinação, acompanhamento pediátrico e programas de nutrição, atendendo às demandas específicas dessa fase crucial do desenvolvimento. A falta de coordenação entre os setores pode comprometer tanto a prevenção quanto a resolução de situações de vulnerabilidade, prejudicando diretamente o bem-estar infantil. As informações de saúde são cruciais para avaliar o acesso e a qualidade dos serviços prestados às crianças, especialmente



em relação à mortalidade

infantil, vacinação e acompanhamento pediátrico, como mostra o gráfico 2, logo abaixo

Gráfico 2 - Informativo da saúde



O gráfico apresentado destaca o percentual de cobertura da atenção primária à saúde em 2023 nos municípios de Água Preta, Barreiros, Caruaru, Chã Grande e Cortês, comparando-os com a média estadual de Pernambuco. Observe-se que Água Preta está abaixo do percentual estadual, enquanto os demais municípios apresentam percentuais superiores. Este dado é especialmente relevante porque a atenção primária desempenha um papel essencial na articulação de políticas públicas externas para a infância. A cobertura da atenção primária é fundamental para identificar e responder a diversas necessidades da população infantil. Equipes de saúde da família podem atuar diretamente em áreas críticas, como a prevenção de riscos de violência contra crianças, o incentivo à matrícula em creches, a promoção do aleitamento materno e o combate à obesidade infantil. Municípios com cobertura abaixo da média estadual, como Água Preta, enfrentam desafios mais intensos, o que pode dificultar a detecção precoce de vulnerabilidades e o acesso das crianças aos seus direitos.

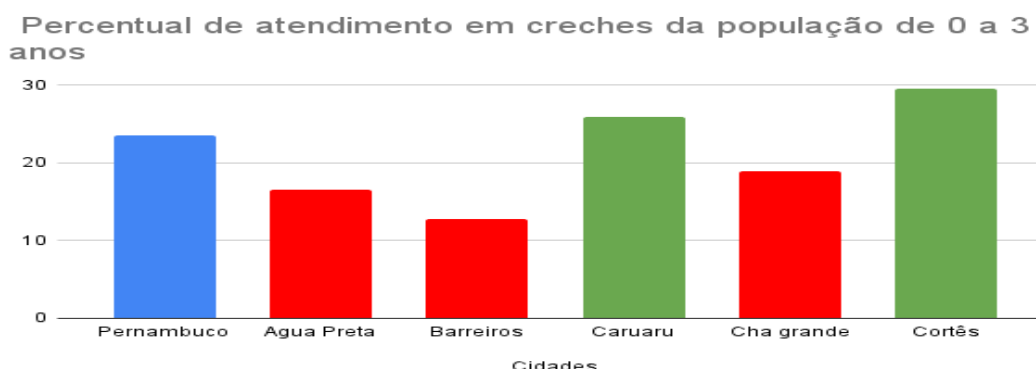
Por outro lado, os municípios que apresentam cobertura acima da média estadual têm maior potencial para integrar ações intersetoriais. Por meio da atuação conjunta com conselhos tutelares, escolas e serviços sociais, as equipes de atenção primária podem contribuir para fortalecer a rede protetiva e garantir que os direitos das crianças sejam assegurados. Essa articulação permite que problemas estruturais, como violência, negligência e exclusão esc. Contudo, é necessário destacar que a ampliação da cobertura não é suficiente por si só; é imprescindível garantir a qualidade e a efetividade do atendimento. Assim, a análise da cobertura da atenção primária não apenas sinaliza o desempenho dos municípios na oferta de serviços essenciais, mas também evidencia a importância de capacitar profissionais e integrar setores para potencializar o impacto dessas políticas na vida das crianças. Municípios com



cobertura insuficiente precisam de atenção prioritária para que possam superar as desigualdades e atender adequadamente às necessidades da infância.

Na educação, a garantia de creches e pré-escolas públicas e de qualidade continua sendo um obstáculo. A insuficiência de vagas e infraestrutura precária são reflexos da ausência de planejamento e comunicação entre as instituições responsáveis, dificultando o acesso das crianças ao ensino infantil (Gráfico 3). Além disso, a proteção contra violência e negligência depende de uma rede protetiva bem articulada, que muitas vezes se mostra incapaz de responder de forma eficaz devido a recursos limitados e ações descoordenadas.

Gráfico 3 - Informativo da Educação



O gráfico que mostra o percentual de atendimento em creches para a população de 0 a 3 anos destaca disparidades significativas entre os municípios de Água Preta, Barreiros, Caruaru, Chã Grande e Cortês, quando comparados à média estadual de Pernambuco. Observe-se que apenas Caruaru e Cortês apresentam percentuais acima da média estadual, enquanto Água Preta, Barreiros e Chã Grande encontram-se abaixo. Esses números demonstram que grande parte dos municípios está distante da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê que pelo menos 50% das crianças dessa faixa etária estejam matriculadas em creches até 2024.

As creches desempenham um papel crucial no desenvolvimento pleno das crianças, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. Elas oferecem um ambiente de socialização e estímulos que aumentam para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, além de possibilitarem um suporte às famílias em situação de vulnerabilidade. Nos municípios com baixos percentuais de atendimento, as crianças enfrentam maiores desafios para superar condições de desigualdade, ou que reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas para



a ampliação das vagas em creches.

Nos municípios com percentuais acima da média, como Caruaru e Cortês, verificamos um avanço importante que pode servir de exemplo para outras localidades. Esses dados indicam que, quando há um investimento consistente em infraestrutura e na ampliação de matrículas, é possível melhorar o acesso das crianças a esse direito essencial. Contudo, mesmo nesses municípios, os percentuais ainda estão aquém da meta nacional, o que sinaliza que a universalização desse direito exige esforços adicionais. É necessário que os municípios priorizem a expansão do atendimento em creches como parte de suas estratégias de proteção à infância. Essa medida não apenas atende ao compromisso estabelecido pelo PNE, mas também promove equidade e cria condições para que todas as crianças tenham oportunidades iguais de desenvolvimento, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para a garantia de seus direitos fundamentais.

O percentual elevado de crianças na primeira infância reforça a urgência de fortalecer a rede protetiva nos municípios analisados. Para garantir os direitos dessa população, é fundamental investir em uma articulação mais eficiente entre os diferentes setores, capacitar os profissionais envolvidos e promover um planejamento integrado que priorize as necessidades da infância. Apenas por meio de ações coordenadas e humanizadas será possível assegurar um desenvolvimento saudável e seguro para as crianças dessas localidades. Os dados sobre segurança e proteção destacam indicadores de vulnerabilidade, como casos de violência, abandono ou trabalho infantil, trazendo à tona a urgência de ações integradas para a proteção das crianças. Por sua vez, os relatórios sobre educação infantil fornecem subsídios para analisar a oferta e qualidade de creches e pré-escolas, aspectos fundamentais para o desenvolvimento integral.

Além disso, as informações sobre nutrição e parentalidade oferecem uma perspectiva sobre o suporte necessário às famílias para garantir o pleno desenvolvimento das crianças, enfatizando a importância de programas que abordem a alimentação saudável e o fortalecimento de vínculos familiares. Essas informações se revelam úteis para alcançar os objetivos da pesquisa de diversas formas. Em primeiro lugar, elas complementam a ausência dos documentos municipais, oferecendo indicadores confiáveis para a análise do contexto local. Em segundo, elas permitem mapear desafios específicos de cada área e identificar as prioridades a serem trabalhadas pelas redes protetivas. Por fim, ao integrar dados que dialogam diretamente com os direitos das crianças garantidos



pela legislação, os relatórios fornecem uma base sólida para propor estratégias de melhoria na articulação entre instituições.

Portanto, o acesso ao conteúdo do site Primeira Infância primeiro não apenas enriquece o escopo da pesquisa, mas também reflete a importância de iniciativas que promovam a disseminação de dados e orientações técnicas para gestores públicos. O uso dessas informações possibilita que, mesmo diante da indisponibilidade de documentos oficiais, a análise se aprofunde na compreensão do contexto local, mantendo o compromisso com o desenvolvimento e a proteção das crianças. Essa ferramenta torna-se, assim, um apoio essencial para a construção de políticas públicas fundamentadas, eficazes e transformadoras.

Cosiderações Finais

A presente pesquisa buscou compreender os desafios e as potencialidades da rede de proteção à primeira infância nos municípios de Água Preta, Barreiros, Caruaru, Chã Grande e Cortês, localizados na Mesorregião do Agreste Pernambucano. Apesar das limitações impostas pela alta de disponibilização de documentos municipais em formato acessível, a análise de dados provenientes do portal “Primeira Infância Primeiro” permitiu avançar na compreensão das lacunas e das possibilidades que permeiam a atuação das redes de proteção nos contextos locais. Essa situação reflete a importância de um trabalho coletivo e integrado entre os diversos setores que compõem a rede, como saúde, educação, assistência social e conselhos tutelares. Um dos principais resultados da pesquisa foi a constatação de que, embora alguns municípios apresentem avanços em áreas como a atenção primária à saúde e a cobertura de creches, ainda existem disparidades significativas que comprometem a universalização dos direitos garantidos às crianças pela legislação brasileira. Dados sobre a atenção primária indicaram que alguns municípios, como Água Preta, apresentam coberturas abaixo da média estadual, enquanto outros, como Barreiros e Cortês, estão em uma posição mais avançada.

De forma similar, o atendimento em creches é desigual, com Caruaru e Cortês se destacando positivamente, enquanto Água Preta, Barreiros e Chã Grande ainda enfrentam desafios significativos. Esses indicadores ressaltam que, para além do investimento em infraestrutura e recursos, é necessário fortalecer os mecanismos de articulação entre os diferentes atores da rede protetiva. A articulação entre as instituições é um fator determinante para a eficácia das ações de proteção. Uma rede protetiva bem estruturada não apenas assegura



que os direitos das crianças sejam cumpridos, mas também contribui para a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco. Por exemplo, a atenção primária à saúde desempenha um papel essencial ao realizar o monitoramento de condições que afetam o desenvolvimento infantil, como desnutrição, violência e negligência. Paralelamente, o acesso à educação infantil é um instrumento fundamental para garantir estímulos cognitivos e sociais adequados durante os primeiros anos de vida, especialmente para as crianças em situação de vulnerabilidade social.

No entanto, para que essas ações sejam eficazes, é indispensável que haja comunicação e cooperação entre os setores envolvidos. Além disso, a ausência de transparência e acessibilidade aos documentos municipais, como os Planos Municipais pela Primeira Infância, de Saúde e de Educação, foi uma barreira significativa para a realização deste estudo e, por extensão, para a formulação de políticas públicas mais eficazes. A transparência não é apenas um requisito legal, mas também uma condição essencial para o monitoramento, a avaliação e o aprimoramento das políticas voltadas para a Primeira Infância. A disponibilização de dados confiáveis e atualizados permite que gestores e pesquisadores compreendam melhor as demandas locais e identifiquem soluções personalizadas para cada contexto.



Referências

Junior, E. B. L., de Oliveira, G. S., dos Santos, A. C. O., & Schnekenberg, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, 20(44), 2021.

LINO, L. de O., CORRER, R., MILANI, D. R. da C., & SILVA, D. J. de A. DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS FRENTE AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.

Revista De Estudos Interdisciplinares, 5(6), 180–203. 2023
<https://doi.org/10.56579/rei.v5i6.616>

MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 02, p. 289-300, 2004.

MOTTI, A. J. A.; SANTOS, J. V. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude. Fortalecimento da rede de proteção e assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.portalasbrad.org.br>. Acesso em: 29/09/2024. MINAYO, M. C. S. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 128p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo9788575413807.pdf> Acesso em: 28/09/2024.

PIANA, Maria Cristina; PARREIRA, Lúcia Aparecida. **Proteção Integral e Proteção Integrada: O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Anais. 2024. p. e3908-e3908.

VASCONCELOS, Deyzirrê Kelle Santos. A articulação em rede na proteção integral da criança e do adolescente em acolhimento institucional em Aracaju: desafios e avanços. 2024. 136 f. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

